

A POLÍTICA DE PESQUISA E A MEDIOCRIDADE POSSÍVEL

Dr. HUGO RODOLFO LOVISOLO

Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho-RJ

E-mail: lovisolo@momentus.com.br

RESUMO

A política de pesquisa implementada nas últimas décadas, especialmente seu vínculo entre pesquisa e pós-graduação, deveria, segundo o autor, ser olhada com prudência. Sobretudo quando se consideram seus objetivos de contribuição ao desenvolvimento e de retornos em termos de produtos e processos tecnológicos. O autor, sem desconhecer os avanços alcançados em termos de formação de uma comunidade científica nacional, considera que a forma de avaliação, implementada pela Capes, embora carregada de seriedade, pode não ser convergente e, mais ainda, provocar efeitos de mediocrização ou medianização na dinâmica e nos produtos dos programas de pesquisa. A aparente seriedade da avaliação pode ser vista, desde a prudência que considera os efeitos não desejados, como um produto da desconfiança que age de forma não convergente e formalizadora das atividades, atuando contra a criatividade e a inovação.

PALAVRAS-CHAVE: Política científica; avaliação; efeitos; educação física.

I. ANTECEDENTES¹

As atividades de pesquisa ganharam crescente importância nas políticas públicas, especialmente nas educacionais de ensino superior, a partir dos anos de 1960 no Brasil. Nos anos de 1970, a Capes assumiu plenamente as funções de órgão orientador, regulador e avaliador da pós-graduação. A legislação (LDB), anos mais tarde, sancionou esta importância da pesquisa e da pós-graduação quando distinguiu as organizações de ensino superior – universidade, centro universitário e faculdade – pelo desenvolvimento da pós-graduação, pela pesquisa e pelos requisitos de titulação de pós-graduação dos docentes. Assim, para se ascender ao reconhecimento oficial de universidade, fez-se necessário contar com cursos de pós-graduação reconhecidos pelo órgão oficial do MEC, a Capes.

Nas últimas décadas, a política pública no Brasil associou o funcionamento das pós-graduações estrito sensu (mestrado e doutorado) com a pesquisa, sendo consenso nacional que esta se realiza predominantemente nos programas de pós-graduação². De fato, qualquer programa de pós-graduação é de pesquisa, abrangendo linhas e projetos na terminologia difundida pela Capes. Mais ainda, orienta-se no sentido de que a formação de grupos de pesquisa anteceda ao programa de formação em pós-graduação.

A legislação reforçou as necessidades de multiplicar a oferta de cursos de mestrado e doutorado e, como decorrência, tanto a pressão pelo reconhecimento ou avaliação de entrada de propostas quanto o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação em funcionamento. Embora as instituições de ensino superior possam funcionar como centros universitários ou faculdades, parece existir uma forte tendência cultural para identificar ensino superior e universidade, sobretudo no campo das privadas, que leva tanto à formação de pós-graduação do corpo docente quanto a tentativas de criação de cursos de pós-graduação.

O sistema de acompanhamento da Capes ganhou importância no cotidiano da política pública e da vida universitária em geral e, importa destacar, precedeu a consolidação do sistema de avaliação de cursos da graduação, que tomou feição definida nos anos de 1990. Construimos o sistema de avaliação do ensino e da pesquisa de cima para baixo, salientando que a metáfora da construção da casa, a partir das fundações, nem sempre é seguida nas políticas de desenvolvimento.

1. Neste texto eliminei citações bibliográficas com a intenção de impedir qualquer efeito de autoridade. O leitor atento reconhecerá as influências que, como é sabido, os autores nem sempre controlam.

2. Observo que a opção escolhida foi uma das possíveis. De fato, seria factível desenvolver um modelo de pesquisa não associado à pós-graduação. Ortega y Gasset desenhou uma visão bem diferente da que implementamos.

Os documentos oficiais de educação, ciência e técnica, enfatizaram crescentemente o desenvolvimento da pesquisa já na graduação, concretizado mediante programas de iniciação científica, encarregando-se destes especialmente o CNPq (Pibic), além dos organismos estaduais de apoio à pesquisa. Nos marcos da política oficial, as jornadas de iniciação científica tornaram-se eventos cada vez mais frequentes no Brasil, onde o que importa, destaquemos este aspecto, é muito mais a apresentação dos processos formais de pesquisa e dos relatórios, em padrões codificados de apresentação de trabalhos científicos, do que os resultados.

Os cursos de educação física, em graus variados, também entraram na promoção da iniciação científica, além da iniciação profissional ou estágio, quer participando dos programas que a promovem, quer realizando a experiência no que se denomina monografia ou trabalho final. A participação do aluno da graduação na iniciação científica tornou-se um passaporte para sua entrada na pós-graduação e um sinal forte de seu interesse na pesquisa³. Devemos levar em consideração que, na dinâmica dos cursos de graduação profissionalizantes, como os da educação física, o estágio profissional é um forte concorrente da iniciação científica e por vezes é amplamente preferido por alunos que se identificam com um futuro de intervenção profissional no mercado⁴.

2. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DA PESQUISA

Podemos pensar que a valorização da pesquisa resultou de um longo esforço de procura de reconhecimento, por parte dos cientistas e dos amigos da ciência, que levou à aceitação do seu papel estratégico no desenvolvimento econômico e social. Acreditamos que a força do reconhecimento do papel da ciência e suas aplicações no processo de desenvolvimento se tornou consensual, sobretudo a

3. As pós-graduações fortes exibem uma preocupação por lecionar disciplinas estratégicas nos cursos de graduação. A interação resultante pode ser aproveitada tanto para despertar e localizar motivações científicas quanto para selecionar, via iniciação científica, candidatos para a própria pós-graduação, autonomizando a demanda, em graus variáveis, de sua espontaneidade nos exames de seleção. Outra estratégia, com a mesma finalidade, é a organização de cursos de especialização que funcionam como preparação e seleção para a pós-graduação. Essas estratégias parecem ativas quando comparadas com a espera no balcão da inscrição de alunos para sua posterior seleção.

4. Há, em relação à formação profissional, uma corrente de críticos que salientam os altos custos da formação em cursos de longa duração nem sempre necessários. A formação superior em cursos de curta duração, como os de tecnólogos, por exemplo, seria uma resposta prática a esse tipo de críticas. Um professor de ginástica de academia, por exemplo, deveria fazer um curso de longa duração?

partir da Segunda Guerra Mundial, quando a lacuna temporal entre geração de conhecimentos e aplicação foi se reduzindo rapidamente. A afirmação negativa, “não teremos desenvolvimento sem produção científica e tecnológica”, passou a ser amplamente partilhada, embora a formação de comunidades científicas nacionais não signifique automaticamente o desenvolvimento de tecnologias, patentes e retornos, em termos de crescimento de exportações e renda.

Adotamos a política, no entanto, de desenvolver a massa crítica de pesquisadores e da produção científica básica, acreditando que a inovação naturalmente se derivaria dela ou que as condições para a inovação e sua difusão poderiam ser moldadas mais tarde. Há relativo consenso sobre o êxito da política brasileira em atingir a formação de uma massa crítica, em outros termos, a formação de uma comunidade científica nacional. Contudo, um dos problemas centrais que continuamos a enfrentar é o da transformação das atividades dos cientistas em patentes e inovações que gerem novos produtos e processos de acumulação e desenvolvimento. Acreditamos que, por esta razão, a comparação do registro de patentes de Brasil e Coréia tornou-se repetitiva. Contando com comunidades científicas e investimentos comparáveis, a Coréia registra internacionalmente quase 100 vezes mais patentes que o Brasil. A criação dos fundos setoriais e a figura do mestrado profissional podem ser vistas também como respostas aos problemas da transformação de conhecimentos em produtos que gerem retornos econômicos. O mestrado profissional deve ser entendido como reação diante do agir, das pós-graduações ditas acadêmicas, que não estariam satisfazendo adequadamente às esperanças⁵.

A tarefa hoje é dupla. Por um lado, diagnosticar os obstáculos, os empecilhos para um relacionamento criativo entre os pesquisadores de universidades, os centros de pesquisa e o setor produtivo. Por outro, criar mecanismos de relacionamento que possibilitem a superação dos obstáculos⁶. O estudo de casos locais que, partindo de diagnósticos, estabelecem relacionamentos entre organizações da comunidade científica e o setor produtivo parece um caminho promissor, ainda insuficientemente explorado, para encontrarmos soluções com capacidade ou efeitos de demonstração. A exploração e utilização criativa dos casos que deram certo

5. As reações diferenciadas, do entusiasmo à crítica, das comunidades científicas às pós-graduações profissionais merecem um estudo detalhado, tanto pelas respostas culturais quanto pelos interesses que entram na sua formação.

6. Esta problemática não é só brasileira. Entretanto, parece existir um forte conteúdo local nas soluções implementadas, implicando uma certa esterilidade na transferência de soluções.

aparece, hoje, como estratégia superior àquela da formulação de teorias ou modelos, mais prescritivos que descritivos, dos relacionamentos desejados.

No campo da educação física, das ciências dos esportes ou da motricidade humana, o estudo de casos de relacionamento com empresas, clubes, organismos públicos ou federações ainda é incipiente, seja porque o próprio relacionamento tem essa característica, seja porque a área ainda não considera um campo de problemas que requer investimento intelectual e ações locais. Talvez exista no funcionamento das pós-graduações acadêmicas da educação física, para cumprir com os requisitos de avaliação da Capes, uma falta séria de disponibilidade, objetiva e subjetiva, para explorar esses problemas. Proponho que pensemos se essa falta de disponibilidade não resulta, pelo menos parcial embora significativamente, da vontade de adequação aos critérios de avaliação das pós-graduações acadêmicas. O problema parece tornar-se ainda maior quando observamos que a área não se apresenta como fortemente disposta a implementar mestrados profissionais que exigiriam enfrentar tal tipo de problemas. Estaríamos diante da situação paradoxal de que uma área profissional, e orientada para a intervenção, resiste a ser profissional?⁷

3. PESQUISA, VIDA E CULTURA CIENTÍFICA

Um aspecto relevante é o desenvolvimento e a absorção da idéia de que metodologias, métodos e técnicas de pesquisa são importantes para a vida profissional e pessoal. Se partirmos da imagem de um mundo que se caracteriza pela mudança – seja como resultado das interações espontâneas ou como produto de ações intencionais –, podemos derivar apenas dois grandes rumos de ação: resistência à mudança ou apropriar-nos dos instrumentos que possibilitem adaptarmos e tirar proveito. Em cenário de tal natureza, resulta, logicamente, que as competências e habilidades que possibilitam a adaptação à mudança espontânea e intencional sejam favorecidas. Construimos o consenso de que uma parte importante dessas habilidades e competências está vinculada aos modos de operar da pesquisa em sentido amplo. Distribuir os modos de operar da pesquisa tornou-se um objetivo central do ensino superior, embora não apenas dele⁸. Em outros ter-

7. Tenho trabalhado sobre a questão das características da área da educação física e de sua pós-graduação em vários trabalhos.

8. Várias pedagogias modernas concebem o processo educativo como criador de condições para que crianças e jovens desenvolvam suas capacidades de inquirição do e no mundo, especialmente as vinculadas ao axioma de orientador de "aprender a aprender".

mos, conhecer os elementos das metodologias, dos métodos e das técnicas de pesquisa e experimentar sua realização tornou-se objetivo dos estudos de graduação. Por vezes, a simples realização de uma monografia ou de um trabalho final é vista como iniciação à pesquisa. O ideal de formação inclui a experiência em pesquisa na graduação e essa experiência deveria ser um vetor da formação emotiva e intelectual do processo educacional. Estamos supondo e valorizando a capacidade de argumentar com relação a evidências – eixo central da formação emocional e intelectual em pesquisa – como significativa e relevante para a vida profissional, para a inserção no mercado e mesmo para as relações interpessoais. A pesquisa seria um caminho de crescimento da reflexividade e da auto-reflexividade, atitudes constitutivas enquanto valores generalizados da modernidade tardia ou pós-modernidade. De modo resumido, diríamos que a valorização da iniciação científica, seja quais forem seus argumentos, significa o reconhecimento da *cultura científica*, de seu valor e da necessidade de ser transmitida emocional e intelectualmente no processo educacional.

A pesquisa na graduação, então, teria como finalidade principal a socialização emocional e intelectual na cultura científica. Este objetivo educacional, pela sua generalidade, vale também para a área da educação física e continua valendo para os cursos de orientação profissional, embora as reações espontâneas se inclinem na valorização da experiência profissional. Em vários sentidos, a pesquisa na graduação, dominada pelos cursos orientados à formação profissional, deve remar contra a corrente principal.

4. UMA NOVA ORGANIZAÇÃO

A valorização parece estar gerando a proposta de uma forma nova de organização do ensino superior. Basicamente, aquilo que ocorria em poucos laboratórios de forma espontânea e seletiva passou a ser posto como ideal organizacional, como política, reconhecida oficialmente no estímulo à constituição do Grupo de Pesquisa pelo CNPq (cujo recenseamento concluiu recentemente) e à participação dos alunos de graduação nos grupos de pesquisa. Cresce, por imposição, o sentimento de que não estar dentro de um Grupo de Pesquisa e não figurar com o próprio currículo no sistema Lattes constitui um índice de marginalidade científica e acadêmica. Assim, o aluno de graduação que participa de pesquisas deve estar com seu currículo no sistema Lattes. As regulações parecem indicar que estar na pesquisa tem maior importância que o significado, teórico ou social, da própria produção.

Classicamente, no laboratório, tínhamos desde pesquisadores experientes até estudantes inexperientes, além de assistentes técnicos e de apoio, participando

de programas ou projetos de pesquisa. O ideal atual centra-se na generalização de tal tipo de participação e interação para o conjunto da universidade. Creio que a imagem desejada é a dos doutores produtivos desenvolvendo projetos com doutorandos, mestres, alunos da graduação e pessoal técnico e de apoio. Formando uma pirâmide de base larga, os técnicos e o pessoal de apoio e os estudantes de graduação; um nível intermediário de doutorandos e mestres; e, no topo, um ou mais pesquisadores experientes e produtivos. Cursos de pós-graduação e grupos de pesquisa seriam, assim, os pilares da formação e produção de pesquisas na universidade. O custo da generalização deste modelo parece ser excessivo para as condições econômicas do Brasil e pode estar levando ao abandono de tarefas clássicas do ensino de massas que poderiam redundar na melhoria de sua qualidade.

A organização da produção científica, e de sua formação, assemelha-se à militar. Tal semelhança foi repetidas vezes salientada por cientistas ao longo da história da procura do reconhecimento; como um exemplo, entre outros, temos os escritos de Ramón y Cajal. Na visão democratizante da organização militar, todos os participantes da pirâmide são relevantes. O segundo aspecto, então, é a imagem ideal de organização que está sendo proposta: hierarquia na organização e na gestão acompanhada do reconhecimento da participação de todos os envolvidos. A publicação crescente de trabalhos com os nomes de todos os participantes é produto dessa visão democratizante da organização militar ou hierárquica.

No campo da avaliação dos programas de pós-graduação, a integração com a graduação tornou-se uma variável a ser ponderada mediante indicadores de participação dos membros das pós nas atividades de ensino e pesquisa da graduação. A demanda nos relatórios de avaliação, de comissões de área da Capes, chega à solicitação de participação do corpo discente da graduação nas publicações. Assim, retomando um ideal tradicional da constituição da Capes, os programas de pós-graduação devem incidir no desenvolvimento e na democratização da cultura científica na graduação, na formação emotiva e intelectual em pesquisa, ajudando também a criar “celeiros” para a constituição de seus futuros quadros discentes.

5. POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DA NOVA ORGANIZAÇÃO

Tal tipo de organização pode já estar generalizando-se no campo das pós-graduações, contudo é de difícil expansão para o conjunto do corpo docente e discente de modo que se torne o modelo novo e dominante de universidade. Há várias razões que operam contra essa expansão. De fato, o modelo proposto coexiste com a organização tradicional da universidade que funciona como agregado de cursos e que obriga o candidato, via de regra, à seleção na entrada do curso,

criando, além da escolha prematura, altos custos para a mudança de curso⁹. A associação direta entre graduação e pós-graduação nem sempre é realizável; via de regra, existem mais cursos de graduação que pós-graduações às quais possam ser associados e muito menos oportunidades de iniciação científica que alunos de graduação. A alta carga horária presencial dos cursos, por outro lado, inibe a participação do aluno, mais ainda dos que trabalham e estão em cursos noturnos, nas atividades extracurso e também na iniciação científica, cuja dedicação não é reconhecida como créditos ou como parte da carga horária dos cursos¹⁰. O trabalho final, ou a monografia, realizado geralmente nos dois últimos períodos do curso, emerge assim como o lugar possível “para todos” de uma forma de iniciação científica.

Apesar da política de pesquisa, o fato é que grande parte do corpo docente, por tradição, porém talvez até por funcionalidade ou adequação, é constituída por professores não pesquisadores. Professores competentes de cálculo I, anatomia, processo civil ou contabilidade, entre muitas outras matérias, são indispensáveis para os cursos de graduação e nada indica, contra a visão talvez dominante, que a realização de pesquisa de ponta, nem mesmo o fato de serem mestres ou doutores, faça professores mais competentes no campo do ensino de graduação. Todavia, é discutível a necessidade, sob o ponto de vista do ensino, de que esses professores participem do modelo organizacional da pesquisa (talvez teriam uma contribuição ainda maior se sua competência fosse transformada em material de ensino, em propostas didáticas entre outras possibilidades, um tipo de produção pouco valorizada em nosso meio acadêmico, que poderia levar a melhorarmos a qualidade da graduação). O mestrado profissional em ensino aparece como uma resposta ainda incipiente, porém com significativas possibilidades de desenvolvimento mesmo para a área da educação física escolar e para a intervenção educativa no campo de sua possível contribuição para a saúde como autonomia. A área da educação física deveria discutir tais possibilidades e suas implicações e o CBCE poderia ter papel ativo no seu estímulo.

9. Se o Brasil olhou para os Estados Unidos para criar seus sistemas de pesquisa e pós-graduação, no caso da graduação apenas se apropriou da organização departamental e do funcionamento por créditos, deixando de lado a liberdade de experimentação individual e escolha que caracteriza a graduação americana. Nosso sistema de créditos freqüentemente é falso, pois os requisitos entre as disciplinas transformam-no em sistema seriado de fato.

10. Observo que, dos alunos nos cursos noturnos, mais de 80% estão matriculados no ensino superior privado. As implicações deste fato são óbvias. Observo que as atividades extracurso, com a distribuição da carga horária em vigor, excluem os alunos noturnos ou dificultam sua participação. A idéia de que o curso noturno deve ser realizado no mesmo tempo que o diurno merece ser modificada.

Temos de estar cientes de que estamos indo além da tradição elitista do ensino superior brasileiro, caracterizada pela seleção rigorosa na entrada e pela oferta reduzida de vagas. A explosão da matrícula universitária dos últimos anos tornou cada vez mais necessária e importante a participação dos docentes competentes no ensino das disciplinas básicas¹¹. Isso implica, em primeiro lugar, que a maioria do corpo docente ficará de fora da expansão do modelo da pesquisa científica e, talvez, da pós-graduação acadêmica. Em segundo lugar, os cursos universitários caracterizam-se no Brasil pela alta carga horária curricular, embora este aspecto tenha melhorado nos últimos anos. O currículo, transformado em alta carga horária semanal de disciplinas, faz com que parte considerável dos recursos seja utilizada na estrutura tradicional, deixando pouco tempo para a dedicação dos alunos e docentes às atividades de pesquisa que, no caso dos alunos, não são reconhecidas como requisitos curriculares nem em termos de carga horária ou créditos¹². Agrega-se, ainda, o crescimento da participação na matrícula total dos cursos de orientação profissional, inseridos num movimento geral de valorização por seus vínculos funcionais ou utilitários com o horizonte do mercado. Há, então, condições que afirmam a dificuldade de expansão do modelo ou, em outras palavras, a existência de sérias dificuldades para compatibilizar a tradição de ensino na graduação com o modelo de organização que a política de pesquisa implica em sua definição de universidade. Enfrentamos, tudo indica, uma forte contradição entre a tradição dos cursos de graduação e os objetivos de desenvolvimento da iniciação científica.

Acreditamos que a contradição, que é forte, favorece a tendência à dualização e que, *grosso modo*, o desenvolvimento do modelo de pesquisa tem maiores possibilidades de realização nas instituições com docentes contratados em tempo integral e que desenvolvem programas de pós-graduação; e poucas são suas possibilidades onde a contratação docente se efetua por hora-aula, como na maioria das instituições privadas. Nessas instituições, a pesquisa terá que encontrar novas formas organizacionais para realizar o axioma cultural e pedagógico de pesquisa na graduação.

11. Comentários sobre a explosão ou democratização do ensino superior e sua dualização podem ser vistos em Lovisolo (2001).

12. Difícilmente o ensino superior privado, considerando o declínio dos preços das taxas escolares, poderá destinar carga horária docente para a pesquisa de modo que se satisfaça o modelo desenhado. Talvez, caso tentasse, não encontraria docentes disponíveis.

6. A AVALIAÇÃO: CONTROLE E DESCONFIANÇA

A avaliação dos programas e dos processos de formação dos pesquisadores, das habilidades e competências na arte da pesquisa, passou a ser um problema central da política de ensino superior e especialmente da universitária. A demanda por formação de mestrado e doutorado cresceu, sobretudo nos últimos anos e de modo diferencial pelas áreas de conhecimento, impulsada pela própria legislação em interação com o crescimento violento do ensino de graduação que demanda docentes titulados na pós-graduação. As tarefas de avaliação de reconhecimento e de processo/desempenho multiplicaram-se, tendo como principal objetivo a qualidade da formação e da pesquisa. As tarefas de avaliação foram ainda mais solicitadas diante das propostas de pós-graduação que, bem ou mal-intencionadas, tentaram escapar às limitações impostas pelas regulamentações em vigor, sobretudo acelerando os processos de formação do corpo docente das instituições que desejam funcionar dentro da lei¹³. A desconfiança que vigora pareceria levar na direção da adequação forçada a normas cada dia mais restritas que interagem cumulativamente com a vontade de alcançarmos prestígio, relevância ou impacto internacional. A implementação das classificações das publicações pelo impacto das revistas, por exemplo, é um dos resultados¹⁴.

O sistema de avaliação da pós-graduação tem como objetivo central o controle da qualidade. Contudo, seus procedimentos e rigor estão baseados na profunda desconfiança sobre as intenções dos atores sociais¹⁵. Anísio Teixeira, um dos criadores da Capes original, sempre lamentou o fato de a cultura brasileira basear-se na desconfiança, em oposição à americana¹⁶. Os processos de reconhecimento

13. Observe-se, por exemplo, os dispêndios feitos na discussão e avaliação dos cursos fora de sede ou em convênio com instituições estrangeiras. Veja-se, sobre o "imbróglio" criado, o artigo de Fensterseifer (2001). As conclusões do autor parecem indicar que a desconfiança se frustou: as más intenções não eram nem tão más nem tantas como se supunha. Ou, sob o ponto de vista oposto, que as pós-graduações que seguem o "figurino" não são, em média, muito diferentes daquelas que dele se distanciam.

14. Surgem as discussões sobre "internacionalidade" de cada área de conhecimento e multiplicam-se as resistências aos critérios americanos de avaliação das publicações. Em contrapartida, há comissões da Capes que por apenas reconhecer os periódicos da própria área forçam na direção de uma acentuada "endogamia" e de desconhecimento de sua produção além de suas fronteiras. Creio que há uma forte tendência, na educação física, na direção de uma endogamia nas publicações, cuja relevância teórica e o significado social ainda deverão ser avaliados.

15. Cf. o interessante artigo de Edson Nunes, em *O Globo*, 10/9/2002, n. 25237, no qual o brasileiro aparece como altamente desconfiado nas pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema.

16. Ver Lovisoló (1990).

baseado na desconfiança tornaram-se tortuosos, solicitando das instituições várias apresentações para obterem o reconhecimento. Por vezes, fazer um programa de mestrado tornou-se uma tortura institucional e contribui para o “caldeiro dos ressentimentos” que parece formar parte dos relacionamentos com a Capes. As normas da Capes e das comissões de áreas foram e são postas como condição de ferro para a obtenção do reconhecimento e a permanência dentro do sistema. As resoluções do CNE firmaram a posição de que a avaliação Capes é condição do reconhecimento dos diplomas.

O sistema de avaliação da pós-graduação aparece como orientado pelo imperativo “ter que demonstrar que somos sérios”, e os mecanismos para tal demonstração multiplicaram-se, desde a participação de observadores internacionais à implementação dos *Qualis* de revistas e periódicos. Apesar dos esforços realizados, algumas esperanças não se realizam, como a obtenção de um prêmio Nobel ou a geração de patentes em graus correspondentes a tais esforços.

O próprio crescimento da tarefa, em interação com as tecnologias de tratamento das informações, contribuiu para que a avaliação de formação e de pesquisa, em vários aspectos, se tornasse formal e quantitativa ao invés de substantiva e qualitativa. *Pari passu* com a valorização da pesquisa, tivemos um processo de formalização dos currículos dos participantes, dos formulários de solicitação de recursos, dos processos de pesquisa e de apresentação dos resultados que, por sua vez, devem estar dentro das normas de publicação dominantes nos Estados Unidos e, quase sempre, condicionadas por seus indicadores do impacto das publicações. O aumento da dependência com relação aos modos de operação e crescimento americano implica tanto a aceitação do seu modelo quanto nega a possibilidade de criarmos, embora participando da ciência como sistema internacional, maneiras locais de enfrentarmos os desafios. Tal processo parecer ser bem forte na área de saúde, afetando de modo particular a educação física, sem que tenhamos dados mais finos sobre suas implicações, embora a tensão criada entre os critérios de publicações propostos pelos membros de suas partes “duras” (fisiologia e biomecânica, basicamente) e os propostos pelas “moles” (educação física escolar e a visão cultural da atividade física e do esporte, entre outras) esteja agindo fortemente nos corações e nas mentes da área. Entretanto, sabemos que citar e reiterar o experimento feito por alguém prestigiado dos Estados Unidos é um caminho certo de publicação em periódico internacional. Contudo, é discutível que esse tipo de estratégia, cuja contribuição real para a criatividade e personalidade científica deveria ser avaliada, seja um caminho de pesquisa relevante para o futuro. O modo de funcionamento do sistema pode estar conduzindo ao abandono

da "originalidade" em favor da publicação em revistas internacionais, o que, em definitivo, é o que importa para o sistema de avaliação.

De modo geral, a orientação e o controle do sistema de pós-graduação passaram a estar condicionados por parâmetros cujo preenchimento formal garante entrar e ficar no sistema. No caso do reconhecimento, o apoio formal da instituição ao programa, as instalações, a titulação e produção do corpo docente e a coerência da proposta tornaram-se dimensões poderosas.

Não há problema nenhum em que o sistema de pós-graduação e pesquisa seja controlado mediante a avaliação baseada em dados quantitativos e premissas qualitativas (especialmente na qualificação das publicações em periódicos). Entretanto, quando o controle está fortemente associado com a desconfiança, podemos estar criando um modo de funcionamento perverso, no qual grande parte da energia é gasta em provar que temos boas intenções, que merecemos confiança, em vez de ser posta nos desenvolvimentos. Assim, é bem possível que estejamos agindo para que uma parte importante das energias da comunidade científica seja posta em tarefas de controle, avaliações e pareceres. O que estamos sugerindo para o debate é que a junção do controle com a desconfiança merece ser pensada e talvez corrigida, pois pode estar provocando efeitos não desejados e pouco registrados.

Creio ser este um problema relevante no campo da educação física e das ciências dos esportes. Creio que o CBCE deveria encaminhar a proposta de uma avaliação qualitativa, e não meramente quantitativa, da produção da área veiculada em periódicos reconhecidos como "internacional A".

7. PADRONIZAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA POSSIBILIDADE

Se partilharmos a imagem de um ciência dinâmica, quer popperiana, quer kunhiana, na qual o novo ou revolucionário – mesmo no plano dito da aplicação – tem um papel de destaque, deveríamos considerar, por prudência, que o conjunto das dimensões e dos indicadores de avaliação poderia estar provocando efeitos não desejados. Em primeiro lugar, o rigor e a seriedade da avaliação, aliados à desconfiança e à vontade de se adequar aos critérios, poderiam estar provocando uma medianização ou mediocrização¹⁷. Em segundo lugar, as dimensões propostas para a avaliação podem não estar trabalhando na mesma direção; em outros termos, as

17. A ação da Capes parece estar orientada pela vontade de mostrar ao mundo que somos sérios. Ser sério é uma virtude, agir para mostrar que se é sério pode provocar efeitos indesejáveis; o principal talvez seja tornar o *ser sério* apenas uma formalidade que se expressa em símbolos e rituais.

dimensões não são necessariamente convergentes para a produção de conhecimentos relevantes, sob o ponto de vista teórico, e/ou significativos socialmente.

Há prudência quando consideramos que é bem possível que as coisas não resultem como planejamos e desejamos. A prudência leva na direção de pensarmos a possibilidade de estarmos gerando efeitos diferentes dos desejados e planejados. O tipo de prudência que propomos não lida com a desconfiança moral sobre a intencionalidade dos atores. Distante de nós o sorriso irônico que acompanha o juízo desfavorável sobre a retidão das intenções dos outros. Trata-se, ao contrário, de pensarmos os efeitos das interações de retas intenções que se esforçam por adequar-se às normas vigentes¹⁸. A prudência encontra sua justificação na constatação de que os prêmios e benefícios que esperamos da ação não estão chegando, ou, pelo menos, não na medida que imaginamos que deveriam fazê-lo.

Operamos com a idéia básica de que a avaliação se destina a gerar uma qualidade mínima refletida em nota (conceito 3 da Capes), e que a partir desse piso teremos o excepcional, o novo, o relevante e significativo do conhecimento. Apos-tamos, então, também em um automatismo, de modo semelhante a como acreditamos que a formação da massa crítica científica se tornaria produção tecnológica de ponta. Contudo, estamos sugerindo, mais do que afirmando, que deveríamos começar a pensar na possibilidade de que a padronização apenas forme padrões de medianidade, em termos mais duros, de mediocridade. O controle de qualidade garantiria que os produtos estejam dentro de parâmetros de aceitabilidade, entretanto não contribuiriam para a produção do excepcional, do novo, que consideramos distintivo da produção científica e tecnológica.

Tentaremos apontar algumas interações ou mecanismos que podem estar-nos levando nessa direção.

7.1. Avaliação por médias ou por desempenho individual

A avaliação da Capes pretende responder a duas formas de considerar um programa. A primeira, que por comodidade chamaremos de conjunto (população), preocupa-se com médias de desempenho do programa. Indicadores como número médio de alunos ou média de produção de artigos, qualificados, respondem ao critério. Na avaliação de conjunto as respostas de cada indivíduo da população são pouco importantes ou nem deveriam ser consideradas. Deveriam ser vistas como desvios da média, supondo que os responsáveis pelos programas sabem sobre suas

18. Se temos efeitos perversos sem manipulação ou simulação, é quase certo de eles aumentarem quando a manipulação ou simulação é ativa e se torna um modo de adequação.

razões. O programa seria bom quando superasse a média em termos dos indicadores de conjunto. A segunda forma de avaliação considera a atividade do programa como somatório de valores individuais. Emergem na avaliação das comissões comentários do tipo: "há um membro do programa que orienta poucas dissertações ou teses; há um membro do programa que orienta acima da média do conjunto; há um membro do programa que não publicou; há um membro do programa que concentra publicações; há um membro do programa que leciona demais na graduação; há um membro do programa que não leciona na graduação". Os exemplos são por todos conhecidos e numerosos.

Na avaliação de conjunto o que importa é o desempenho do programa como organismo (aceitem a velha metáfora); na avaliação do somatório dos valores de desempenho individual há uma imagem atomística do funcionamento dos programas. As duas formas de avaliação não são conciliáveis, e como resultado a atomística, que com seus puxões de orelha acaba dominando com graves perdas: bloqueia a utilização diferencial dos membros do programa. Em outros termos, qualquer membro cujo programa decida especializar sua ação diminuirá a nota do programa. Assim, o programa não poderá funcionar como um organismo.

Digamos que no programa "X" um dos membros se dedica, com gosto e êxito, à captação de recursos mediante parcerias com empresas, sem orientar e sem publicar. O programa terá que simular sua produção ou dissimular sua presença para adequar-se à avaliação. Vejamos um exemplo "menos utilitário". O programa conta com um professor que gosta de dar aulas na graduação e faz isso muito bem; mais ainda: sabe captar jovens talentos para a pesquisa. Este colega decide acumular aulas na graduação liberando dois outros colegas que estão concentrados em linha ou projeto de pesquisa que o programa avalia como promissor. Os avaliadores da Capes relatarão o excesso de um e a falta de dois! Assim, para que os avaliadores não desconfiem, o coordenador do programa deve simular as formas de participação, se pretende um organismo de produção de conhecimentos relevantes e/ou significativos. Caso contrário, se pretende responder satisfatoriamente ao somatório dos desempenhos individuais, terá um programa medíocre, pois deverá exigir dos membros a produção mínima em cada indicador. O programa deixará de ser um organismo que potencializa as virtudes e diminui os defeitos de cada um de seus membros. Os bons coordenadores de programas fortes, isto é, de programas que pretendem gerar conhecimentos relevantes ou significativos, devem ser excelentes simuladores ou, se preferirmos, manipuladores. Devem, por exemplo, contar com menos alunos que os permitidos pela relação orientandos/orientador, assim, caso seja necessário, sempre se poderá excluir um membro que

não teve produção¹⁹. Os bons coordenadores, os fortes, são simuladores expertos no preenchimento dos relatórios da Capes. Os coordenadores que não simulam correm o risco de apenas administrar um programa mediocrizado ou medianizado pela vontade de adaptação aos critérios de conjunto e de somatório individual, acionados de forma superposta na avaliação.

A prudência indica que no modo de funcionamento da avaliação temos tanto deseconomias quanto forças atuantes na direção da mediocridade dos programas. Em contextos de carência social, como o brasileiro, ambos os efeitos supõem perdas que não podemos nos permitir.

7.2. A titulação e a dedicação: indicadores de seriedade?

Dado que a Capes acompanha os programas que emitem diplomas de mestres e doutores, o critério da titulação passou a ser central na avaliação dos programas. Um programa de pós-graduação deve estar formado por doutores. O formalismo do critério é fantástico e negativo, pois duas figuras importantes passam a ser questionadas. Por um lado, a de colegas sem doutorado, alguns livre-docentes em sua forma tradicional, porém com alto prestígio nacional e internacional²⁰. Do outro, a de talentos que o programa quer incluir pois aposta no seu desenvolvimento futuro. De um lado jogamos fora a experiência; do outro, a potência. Tornamos a exigência de titulação uma *formalidade* indicadora de seriedade, mas nada prova que seja funcional para o funcionamento dos programas. Ao lado da titulação temos a dedicação. Se o que estamos avaliando é a produção, em qualquer indicador; para que complicarmos com a exigência de uma dedicação mínima dos membros das pós-graduações? Fazemos isso por considerarmos *formalmente* que à maior dedicação corresponderia uma produção maior dentro dos padrões, hipótese que não pode ser refutada a não ser que se considere a produção de todos os membros, independentemente da dedicação, coisa que não se faz. O critério, no entanto, pode estar servindo para: a) dissimular a baixa produção de alguns que têm dedicação exclusiva ao programa e b) como regra de fixação do pesquisador a apenas um programa. Este efeito poderia estar contribuindo para a endogamia e um nível reduzido de intercâmbios²¹.

19. Os boatos sobre programas considerados de excelência que operam com esse mecanismo são consideráveis. No entanto, isso não significa que sejam verdadeiros.

20. Os exemplos que usamos são sempre reais, ou seja, foram extraídos das avaliações da Capes. Apenas por delicadeza não citamos a fonte.

21. O que hoje denominamos NRD6 pode haver sido uma figura funcional para a consolidação dos grupos de pesquisa. O que hoje está em questão é sua funcionalidade para as novas condições. A

Importa destacar que de novo estamos diante do formalismo da regra. Se o que importa é a produção, formação e pesquisa, para que complicarmos com a classificação por tempo de dedicação dos membros do programa? A seriedade estaria na titulação e na dedicação ou na produção? Assim, os membros do programa deveriam ser qualificados pela dedicação, com base na qual se conta ou não sua contribuição, ou com base na produção deveríamos avaliar sua qualificação como membro "ativo" ou "passivo"?

Os requisitos de titulação, dedicação e instalações, entre outros, operam como passaportes diminuidores da desconfiança. Postos de modo formal e obrigatório, para qualquer área de pesquisa, acabam diminuindo tanto possibilidades de produção quanto de formação e, talvez, criando tendências para o cumprimento burocrático dos requisitos, em vez de concentrarem esforços na concepção e no desenho de linhas promissoras de pesquisa.

7.3. Da prevalência dos requisitos às apostas menos condicionadas: algumas sugestões

A prevalência dos requisitos agindo num clima forte de desconfiança poderia estar levando na direção de uma burocratização dos programas preocupados por atingir os valores médios na maioria dos indicadores da avaliação. O efeito geral poderá ser uma medianização ou mediocrização dos programas, pois faltará ar para a aposta em modos de funcionamento originais e caminhos promissores de pesquisa. Faltará liberdade para apostar e também compaixão com o erro derivado das apostas de alto risco. Seria absolutamente despropositado interpretar as afirmações hipotéticas a partir da prudência como desconhecimento do trabalho positivo perseguido durante décadas. Distante, então, qualquer intenção de diminuir o valioso patrimônio construído em comum. Trata-se, ao contrário, de partirmos da solidez do construído para apostar nas possibilidades de novos caminhos.

Sugerimos, dado o trabalho desenvolvido, que podemos avançar na direção de:

- a) diminuir os montantes de desconfiança, sobretudo a que se expressa mediante critérios formais, aumentando a crítica substantiva dos produtos;

defesa da titulação e da dedicação seria apenas uma projeção do passado no presente? Observo que o duplo ou triplo vínculo é hoje corrente. A solução da Uerj para a dedicação exclusiva, a bolsa de pesquisa, mereceria ser melhor avaliada. Em contrapartida, é discutível a funcionalidade da bolsa de produtividade do CNPq.

- b) avaliar apenas a atividade do conjunto criando maior liberdade para a geração de diferenciações na ação interna dos programas;
- c) diminuir o peso dos indicadores formais, aumentando a possibilidade de avaliarmos a produção de modo substantivo (variação de "a");
- d) reconhecer que há programas muito bons sobre o ponto de vista da formação e outros sob o da pesquisa, e que seria desejável também os programas bons no campo da produção tecnológica, portanto avaliação diferenciada das escolhas;
- e) tentarmos valorizar os diversos tipos de orientações que, de fato, respondem a demandas diferenciadas (formação docente, pesquisa acadêmica e pesquisa em tecnologias);
- f) criar, ainda dentro das pós-graduações de tipo acadêmico, indicadores de produção tecnológica;
- g) qualificar o corpo docente pela produção e não pela dedicação, considerando todos os membros (não somente os autorizados pelas normas Capes) e os tipos de produção.

The political research and the possible mediocrity

ABSTRACT: According to the author, the political research implemented in the last decades, specially the connection between research and graduate, should be looked at with caution. Above all, when we consider its objectives regarding its contribution to development and returns in terms of products and technological processes. The author, without ignoring the advancements in the formation of a national scientific community, considers that the evaluation formula implemented by the Capes, although its seriousness, may be non-convergent, and more, it may cause mediocrity or approximation to the average in the dynamic and products of the research projects. The apparent seriousness of the evaluation may be seen, given the prudence that considers the undesired effects, like a product of the distrust that acts in a non-convergent way and also as a formalizer of the activities, acting against creativity and innovation.

KEY-WORDS: Scientific politics; evaluation; effects; physical education.

(continua)

(continuação)

La política de investigación y la mediocrización posible

RESUMEN: La política de investigación puesta en práctica en las últimas décadas, especialmente su vínculo entre investigación y posgrado, debería, segundo el autor, ser observada con más prudencia, especialmente cuando se consideran sus objetivos de contribución al desarrollo y de retornos en términos de productos y procesos tecnológicos. El autor, sin desconocer los avances obtenidos con respecto a la formación de una comunidad científica nacional, considera que la forma de evaluación, implementada por la Capes, no obstante estar marcada por su seriedad, puede no ser convergente y, aún más, provocar efectos de mediocrización y medianización, en la dinámica y productos de los programas de investigación. La aparente seriedad de la evaluación puede ser vista, desde la prudencia que considera los efectos no deseados, como un producto de la desconfianza que actúa de forma no convergente y formalizante de las actividades, actuando contra la creatividad y innovación.

PALABRAS CLAVES: Política científica; evaluación; efectos; educación física.

REFERÊNCIAS

FENSTERSEIFER, J. E. O imbrólio dos "Fora de Sede", *INFOCAPES*, v. 9, n. 4, p. 113-116, out./dez. 2001.

LOVISOLO, H. A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais. In: BORGES, S. (Org.). *Chaves para ler Anísio Teixeira*. Salvador: Ed. OEA/UFBA/EGBA, 1990.

LOVISOLO, H. A crescente dualidade do ensino superior. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 173, p. 56-60, jul. 2001.

NUNES, E. Pesquisa eleitoral, pancadaria e incerteza. *O Globo*, Rio de Janeiro, n. 25.237, 10 set. 2002.

Recebido: 8 out. 2002

Aprovado: 20 out. 2002

Endereço para correspondência
Hugo Rodolfo Lovisolo
Universidade Gama Filho – PPGEF
Rua Manoel Vitorino, 625 – Ed. NT
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20748-900